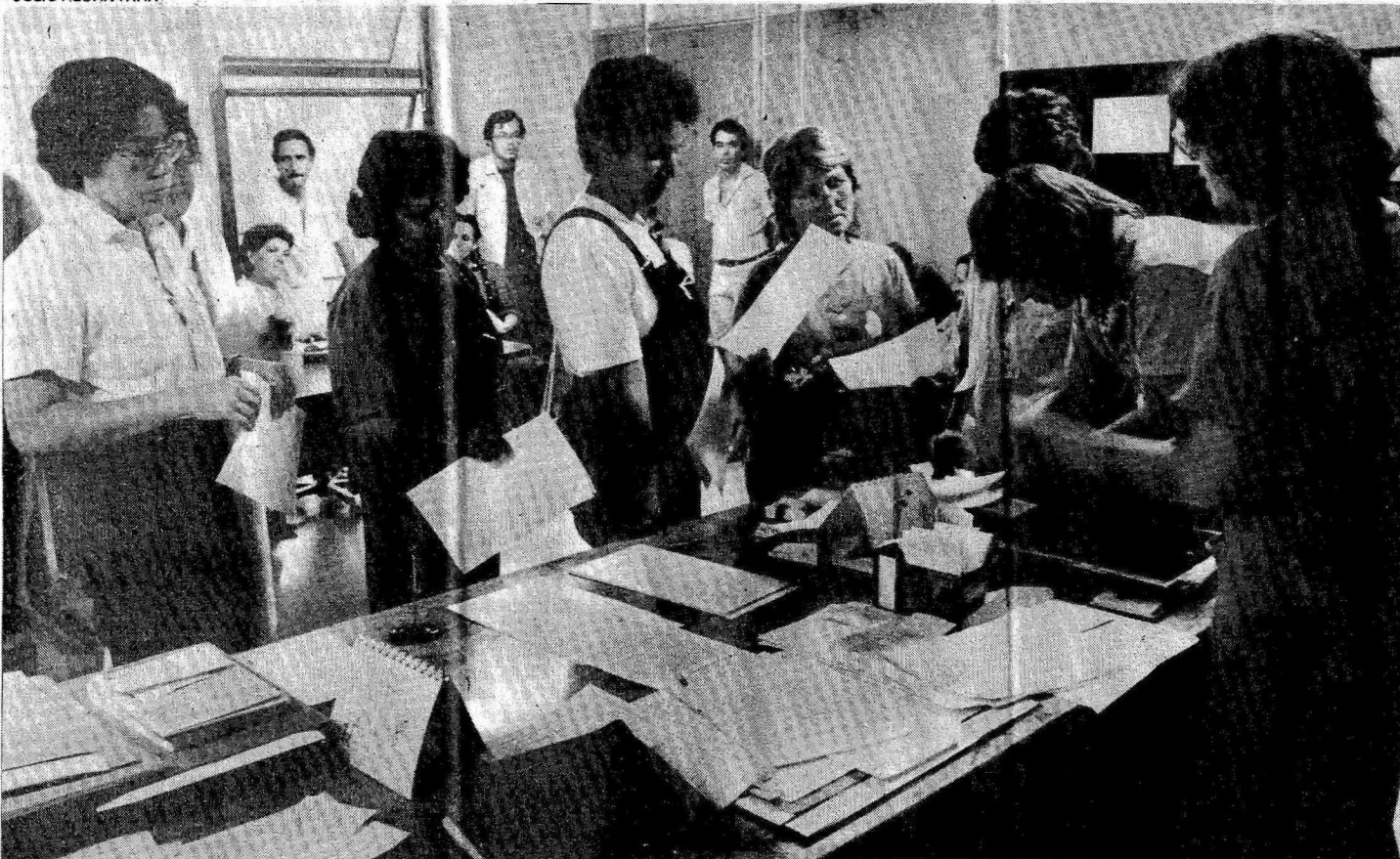


Exoneração coletiva agrava a crise na FEDF

Dos 22 diretores 16 já entregaram seus cargos. GDF insiste na manutenção dos demitidos

JULIO ALCANTARA



Os 16 diretores fizeram fila ontem na Fundação Educacional para entregar os pedidos de exoneração dos cargos

A crise gerada entre a Fundação Educacional e o Complexo A, da Ceilândia, devido às divergências sobre a distribuição dos alimentos pelo Projeto Irmãozinho, agravou-se ontem com o pedido de exoneração coletiva feito por 16 dos diretores das escolas pertencentes ao Complexo. Hoje este número pode aumentar, caso os quatro diretores que estavam ausentes na reunião, realizada no Sindicato dos Professores, decidam apoiar o movimento. Além destes, a diretora da Escola-Classe 30 entregará seu pedido amanhã pois recusou-se a entregá-lo à chefe de gabinete do diretor executivo, que não se encontrava na Fundação.

A exoneração coletiva dos diretores foi engrossada pelo apoio de nove encarregados pedagógicos, dos Centros Educacionais 03 e 09, que também puseram seus cargos à disposição da Fundação. Os diretores explicaram o pedido afirmando que não concordavam com a demissão do diretor da Escola-Classe 05, José Geraldo Ferreira, e com a exoneração do diretor do complexo A, Erasto Fortes Mendonça e, ainda, por não reconhecerem a autoridade da diretora interina do Complexo, Alda Lima. Segundo eles, a posição tomada pela Fundação e a Secretaria de Educação contraria os princípios do voto direto, com as eleições feitas em novembro do ano passado.

O secretário de Educação, Fábio Bruno, e o diretor executivo da Fundação Educacional, José Quintas, receberam a comissão formada por alunos, professores, diretores, mães e funcionários que foram ao Palácio Buriti, ontem de manhã, para tentar a readmissão dos dois diretores. "Todos têm direito de divergir, mas ninguém tem direito de não cumprir determinações superiores. Poderíamos acabar com esta crise hoje, se vocês acatarem o fato de que o professor Erasto poderá ser candidato novamente", disse Bruno, ao garantir novo processo eletivo para a direção do Complexo A.

Dorca Fróes, diretora demissionária do Centro Educacional 02, rebateu o secretário argumentando que Erasto Mendonça já havia sido eleito pela comunidade uma vez e provavelmente não iria se candidatar novamente. "Seria uma palhaçada. Estamos muito preocupados com a diretoria que a própria Fundação traçou, de uma escola democrática e participativa, e agora mostra-se intransigente com os diretores verdadeiramente democratas". Para ela, os alunos perderão com a exoneração coletiva, "mas foi o próprio Quintas que começou esta arbitrariedade, demitindo o Erasto por telefone".

Para justificar seu pedido de exoneração, Aparecida Ramalho, diretora do Centro Educacional 09, bradava que "nos preocupa muito ouvir do secretário de Educação que o compromisso dele é com o governador". Aparecida achou injusta a exoneração de Mendonça, a quem ela credita um trabalho "bonito e consciente, de questionamento junto à comunidade, comprometido com a pedagogia crítica". Segundo ela, as eleições prometidas pelo secretário, que fazem parte do acordo coletivo feito com o Sindicato dos Professores, que prevê o escrutínio secreto pelos professores, técnicos educacionais, funcionários, pais e alunos, observando a condição do serviço do cargo de confiança, serão "mais uma farsa, pois toda vez que um diretor discordar será exonerado".

FUNDAÇÃO

"Se vocês estivessem no meu lugar, entenderiam minha situação. Não é possível trabalhar com alguém que não acata as decisões superiores", declarou José Quintas. Ele entende que é preciso manter o processo pedagógico em ordem e afirmou que "se for desencadeada uma crise nas escolas da rede oficial, o discurso que anda por aí de se acabar com as escolas públicas e comprar vagas nas

particulares, vencerá".

Quintas criticou o procedimento dos dois diretores exonerados por ele, durante a reunião com a comissão, e argumentou que todos sabiam as "regras do jogo", referindo-se à condição de cargo de confiança. "Colocamos a diretoria interina lá no Complexo porque sua administração não pode ficar acéfala, mas a eleição está garantida pelo acordo coletivo. Temos consciência das dificuldades da Ceilândia. A luta existe e a maior parte dos nossos recursos estão indo para lá", revelou.

Esta afirmação de Quintas foi em função da colocação feita por Almeninda Machado, mãe de três alunos do Complexo A, ameaçados de perder o ano. "A Escola-Classe 16 está há um mês e meio sem professor e falta de tudo lá. Meus filhos não podem perder tempo, preciso deles para me ajudar a pagar as contas", reclamou.

Adalberto Duarte de Oliveira, diretor do Complexo Escolar C, não descarta a possibilidade da exoneração coletiva dos diretores das escolas do A atingir, também, as unidades que estão sob sua direção. "O Complexo C está unido ao A nesta luta e tudo pode acontecer. Mas, a princípio, não colocaremos nossos cargos à disposição". Oliveira denunciou as pressões que tem recebido por parte da Fundação para que execute seu pedido de exoneração.

AUSÊNCIA

Como José Quintas não estava na FEDF, no momento em que os diretores entregaram os pedidos de demissão, não se sabe ainda qual será sua posição. Alegando estar com vários compromissos, Quintas adiou para esta manhã uma entrevista coletiva que daria ontem. Nadya Aídar Bichuette, chefe de gabinete do diretor, que recebeu as exonerações, limitou-se a pedir aos diretores para aguardar seus substitutos nas escolas e não quis adiantar nenhuma medida a ser tomada pela FEDF.

Sindicato debaterá o movimento

"O Sindicato dos Professores dará total apoio aos diretores que pediram exoneração e convocará uma reunião para sábado, com os 405 diretores das escolas da Fundação", afirmou Lúcia Carvalho, presidente da entidade. Segundo ela, o Sindicato cobrará uma posição de cada um e discutirá com eles, esclarecendo a atual situação. Além disso, chamarão os professores regionais das cidades-satélites, mobilizando a categoria para que se defenda "todo profissional que for prejudicado por atos arbitrários", conclamou Lúcia.

Para ela, o que aconteceu ontem, foi mais um desdobramento da insatisfação dos professores da Ceilândia com a intransigência da Fundação. "Eles querem que a distribuição dos alimentos seja feita pelas instituições competentes, como a LBA. Não são contra o programa em si. Foi um erro político da FEDF demitir os dois e não querer o diálogo". Lúcia explica que o sindicato entrou "na briga" porque considera justa a reivindicação dos diretores, que querem abrir a discussão do Projeto Irmãozinho à comunidade.

"Um programa imposto pelo Governo, num período eleitoral, tem que ser questionado pela comunidade educativa", acredita. "Não devemos aceitar imposições e demissões que vêm em resposta à nossa disposição de executarmos o processo democrático". Lúcia atesta que as escolas ceilandenses são as piores do DF, com número excessivo de alunos nas salas e falta de professores e até de servidores para a merenda escolar. "Por que querem obrigar os professores a arcar com mais essa obrigação? As instituições que distribuem esses alimentos".